

AGRICULTURA FAMILIAR E DESIGUALDADE NO AGRONEGÓCIO: DESAFIOS PARA A PERMANÊNCIA DAS FAMÍLIAS NO CAMPO BRASILEIRO

Emerson Camilo ¹

Lisandro Tomas da Silva Bonome ²

Ana Gneffer Rocha ³

Fábio Luiz Zeneratti ⁴

Palavras-chave: Território; Infraestrutura; Poder; Desenvolvimento rural.

INTRODUÇÃO

O espaço rural brasileiro é marcado por profundas desigualdades políticas, econômicas e sociais, resultante de processos como concentração fundiária, distribuição desigual de recursos e formulação de políticas públicas, que em determinado momento, privilegiam um grupo social em detrimento de outro. Essas relações refletem, sobretudo, as diferentes oportunidades de desenvolvimento entre os grupos sociais e seus modelos de produção envolvidos no meio rural brasileiro (Kuyava *et al.*, 2026).

Nesse contexto, a predominância de um modelo de desenvolvimento rural voltado à expansão das cadeias agroindustriais, reorganiza o espaço rural à medida que valida seu processo de exclusão social (Leal *et al.*, 2026). Enquanto o agronegócio concentra maior acesso a crédito rural, produção altamente mecanizada, influência política e acesso à mercados, a agricultura familiar enfrenta limitações relacionadas à assistência técnica,

¹ Biólogo, Mestrando em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Laranjeiras do Sul, emerson.camilo@estudante.uffs.edu.br.

² Doutor em Agronomia, Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul (UFFS), Paraná, Brasil, lisandro.bonome@uffs.edu.br.

³ Agrônoma, Mestrando em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Laranjeiras do Sul, Anagrocha007@gmail.com.

⁴ Doutor em Geografia, Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul (UFFS), Paraná, Brasil, fabio.zeneratti@uffs.edu.br.

crédito rural, sendo frequentemente associada à produção de subsistência (Lima; Silva; Iwata, 2019).

As consequências geradas pelo avanço do agronegócio, vão para além das diferenças no acesso a recursos produtivos. A permanência da agricultura familiar no campo leva em consideração outros aspectos, como acesso às políticas públicas, disponibilidade de tecnologias e perspectivas de vida para as novas gerações (Coraça *et al.*, 2026). Associado a isso, nas últimas décadas o processo de êxodo rural tem se intensificado à medida em que jovens e filhos de pequenos agricultores deixam o campo em busca de novas oportunidades nas cidades.

Diante disso, este trabalho objetiva analisar as relações de poder e desigualdades existentes entre o agronegócio brasileiro e a agricultura familiar, discutindo como essas diferenças influenciam na permanência das famílias no campo. Para isso, a análise fundamentou-se em uma série de quatro estudos, que abordam as dimensões do agronegócio e seus discursos para validação de seu processo de expansão. As contribuições no contexto do IV EIPOS reside no debate interdisciplinar contemporâneo dos desafios do desenvolvimento rural brasileiro. Compreender as dinâmicas que envolvem o meio rural, fortalece não apenas para o planejamento de políticas públicas, mas também promove o desenvolvimento rural de forma justa e sustentável.

DESENVOLVIMENTO

A pesquisa caracteriza-se como uma análise bibliográfica de abordagem qualitativa baseada em quatro autores que discutem as relações de poder do agronegócio, desigualdades no campo e a agricultura familiar e suas transformações recentes. A discussão teórica fundamenta-se nas perspectivas do desenvolvimento rural sustentável, através da análise de trabalhos de Pompeia (2020), Bruno (2016), Valadares (2022) e Grisa *et al.* (2022).

RESULTADOS, AVANÇOS E REFLEXÕES

A expansão das cadeias agroindustriais no espaço rural brasileiro não deve ser vista apenas como um fenômeno econômico, seu alto nível de organização política permite a tomada de decisões que favoreçam seus interesses a favor da exclusão de outros grupos sociais. Embora pertençam ao mesmo espaço rural, suas formas de organização,

influência política, acesso a recursos produtivos são distintos, produzindo diferentes condições sociais e de permanência no campo.

Pompeia (2020) argumenta como o agronegócio ultrapassou as dimensões econômicas e passou a ser um fenômeno político. A sua articulação de forma sistêmica e institucional passou a ampliar a sua influência e tomada de decisões sobre diversos setores, influenciando sobretudo a formulação de políticas públicas, legislações ambientais, fundiárias e definições para o desenvolvimento rural. O fortalecimento de seus interesses amplia sua vantagem e privilegia interesses de grandes agroindústrias além de reduzir os espaços destinados a pequenos agricultores.

Bruno (2016) demonstra essa desigualdade sendo construída através de mecanismos de dominação simbólica. A autora destaca como as elites constroem discursos e narrativas fundamentadas na classificação dos agricultores familiares através de sua capacidade de integração ao mercado de produção, o incentivo à competição e individualismo busca valorizar aqueles considerados como eficientes e marginalizar aqueles vinculados a movimentos sociais. Essa representação da dominação simbólica debatida pela autora tem como objetivo naturalizar as desigualdades e coloca os próprios agricultores familiares como responsáveis pelo seu insucesso, validando a sua inaptidão ao desenvolvimento rural e justificando a sua exclusão.

Como efeitos dessas relações de dominação e influência no campo brasileiro, Valadares (2022) apresenta uma análise comparativa do censo agropecuário entre os anos de 2006 e 2017, onde o autor identifica a redução expressiva dos estabelecimentos rurais, em especial nas regiões Sul e Nordeste, passando de aproximadamente 4,1 milhões para 3,8 milhões, os quais os estabelecimentos com até 10 hectares foram os que mais desaparecerem. Embora a área total tenha permanecido estável entre esses anos, se tem uma reorganização do espaço onde regiões como a Centro-Oeste e Norte concentram grandes unidades de produção. Isso nos mostra como as dinâmicas econômicas e mudanças estruturais afetam a estrutura e permanência das famílias no espaço rural.

Por fim, as análises de Grisa *et al.* (2022) fomentam ainda mais a discussão ao demonstrar como a desestruturação das políticas públicas após o ano de 2016, fortalece as dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar. De acordo com os autores, a extinção de setores como Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a redução dos recursos destinados a programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e

a fragilização dos espaços de participação social reduzem a promoção de ações e políticas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar. O desmonte fragilizou o acesso a crédito rural, segurança alimentar e contribuiu para a vulnerabilidade econômica das famílias. Com isso, a sua permanência deixa de ser apenas aspectos econômicos e passa a ser pautada em interesses desiguais perante ao um sistema que possui todos os aparatos necessários para a sua sufocação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROJEÇÕES

A análise dos estudos selecionados permitiu compreender as desigualdades entre o agronegócio e a agricultura familiar como um elemento central do desenvolvimento rural brasileiro. O agronegócio, em razão de seu elevado grau de organização social, política e econômica e de sua capacidade de articulação em prol de seus interesses, expandiu-se no território brasileiro e consolidou sua influência por meio de discursos que legitimam diferentes formas de exclusão social. Os autores também destacam o papel estratégico da agricultura familiar na garantia da soberania alimentar, na geração de emprego e na permanência das populações no meio rural, mesmo diante das profundas transformações ocorridas nas últimas décadas.

Nesse contexto, reforçam a necessidade de fortalecer e ampliar as políticas públicas voltadas ao setor, assegurando o acesso ao crédito, à assistência técnica e a programas de desenvolvimento rural sustentável. Por outro lado, a desestruturação dessas políticas compromete a capacidade produtiva da agricultura familiar e amplia sua vulnerabilidade, acentuando as desigualdades em diversas regiões do país. Reflexões como essas evidenciam que o desenvolvimento rural brasileiro ainda é marcado pela coexistência de distintos modelos de produção agrícola, permeados por disputas de interesses políticos, econômicos e de direitos sociais. Como perspectiva futura, destaca-se a importância do fortalecimento de políticas públicas eficazes que considerem as especificidades da agricultura familiar, promovendo a inclusão social no meio rural, a segurança alimentar, a sustentabilidade ambiental, a autonomia produtiva e a permanência das famílias agricultoras no campo.

Financiamento: Agradecimentos: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Fundação Araucária.

REFERÊNCIAS

- BRUNO, Regina. **Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 142-160, abr./set. 2016.
- CORAÇA, Eduarda; GRÉGIO, Equiton Lorengian; BORGES, Maraiza Batista; GOTZ, Tainara Milde. A agricultura familiar em Sananduva – RS: um estudo comparativo entre dados oficiais do IBGE e a prática da extensão rural. *In: Saberes do campo: interfaces multidisciplinares em ciências agrárias*. [S. l.]: Aurum Editora Ltda., 2026. p. 1–13. Disponível em: <https://aurumpublicacoes.com/index.php/editora/article/view/1530>. Acesso em: 8 jun. 2026.
- GRISA, Catia *et al.* **A desestruturação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar: mudanças institucionais, estratégias de desmonte e novas configurações**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2022. 42 p.
- KUYAVA, Cleidi Lima; ROCHA, Débora Helena Godinho; ZDUNEK, Julia Roberta; SPONGA, Pedro Henrique; GRÉGIO, Equiton Lorengian. Agricultura familiar e desenvolvimento rural no Brasil: uma revisão bibliográfica com recorte no município de Sananduva-RS. **Aurum Revista Multidisciplinar**, [S. l.], v. 2, n. 5, p. 1–17, 2026. Disponível em: <https://aurumpublicacoes.com/index.php/MA/article/view/1593>. Acesso em: 8 jul. 2026.
- LEAL, Rubens Savaris *et al.* Agronegócio e financeirização da terra: expansão agrícola, concentração fundiária e intensificação dos conflitos territoriais no campo. **Veredas do Direito**, v. 23, n. 8, e236568, 2026. Disponível em: <https://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/6568>. Acesso em: 8 jun. 2026.
- LIMA, Antônia Francisca; SILVA, Edvânia Gomes de Assis; IWATA, Bruna de Freitas. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 1, p. 50–68, 2019. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/332>. Acesso em: 7 jun. 2026.
- POMPEIA, Caio. Concertação e poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 104, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/bWNJXhwGrcqZRqjJF6rD5pv/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2026.
- VALADARES, Alexandre Arbex. Agricultura familiar (AF) no Brasil: um panorama da produção, do perfil e dos sinais de mudanças entre os censos agropecuários de 2006 e 2017. *In: SANTOS, Gesmar Rosa dos; SILVA, Rodrigo Peixoto da (org.). Agricultura e diversidades: trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2022. cap. 4, p. 149–180.